

**Covid-19 e o discurso da morte:
o incentivo à necropolítica nas falas do presidente Bolsonaro**

*Covid-19 and the discourse of death:
the incentive to necropolitic in the speeches of the Bolsonaro president*

Ângela Paula Nunes FERREIRA¹
Joseeldo da SILVA JUNIOR²
Regina BARACUHY³

Resumo

Este artigo visa investigar a constituição de uma prática biopolítica cujos efeitos recaem na massificação da morte de idosos no Brasil vítimas da Covid-19. Parte-se do pressuposto de que os discursos do presidente Jair Bolsonaro fomentaram a disseminação do vírus e potencializou o descuido da população. No primeiro ano de pandemia, Bolsonaro investiu incisivamente para atrapalhar as ações em favor do combate à doença, com movimentos interessados em beneficiar a economia e, conseqüentemente, desproteger a saúde populacional, numa série de atos que Mbembe (2018) chama de necropolítica, em que fazer viver e deixar morrer cede espaço para deixar morrer e fazer viver, numa política que favorece o morticínio. Amparado no “método arqueogeneológico” de Michel Foucault, nosso estudo analisa os dizeres do presidente numa série enunciativa constituída desde o início da pandemia, de onde extrai-se o entendimento de que Bolsonaro instituiu uma política baseada no negacionismo e anticientificismo.

Palavras-chave: Biopolítica. Necropolítica. Bolsonaro. Covid-19.

Abstract

This article aims to investigate the constitution of a biopolitical practice whose effects fall on the widespread death of elderly people in Brazil victims of Covid-19. It is

¹ Doutoranda em Linguística (PROLING/UFPB). Professora do Centro de Educação Superior Reinaldo Ramos-CESREI. E-mail: paulanunesf@hotmail.com

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING/UFPB). E-mail: joseeldojr@gmail.com

³ Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela UNESP, campus de Araraquara (2004). Professora do Programa de Pós-graduação em Linguística (PROLING). Líder do Grupo de Pesquisa CIDADI - Círculo de Discussões em Análise do Discurso (CNPQ). E-mail: rmbaracuhy@hotmail.com

assumed that the speeches of President Jair Bolsonaro fostered the spread of the virus and increased the carelessness of the population. In the first year of the pandemic, Bolsonaro invested incisively to disrupt actions in favor of fighting the disease, with movements interested in benefiting the economy and, consequently, unprotecting population health, in a series of acts that Mbembe (2018) calls necropolitics, in that making people live and letting die gives way to letting them die and making them live, in a policy that favors slaughter. Supported by Michel Foucault's "archeogeneological method", our study analyzes the president's sayings in an enunciative series constituted since the beginning of the pandemic, from which the understanding is derived that Bolsonaro instituted a policy based on negativism and anti-scientificism.

Keywords: Biopolitical. Necropolitic. Bolsonaro. Covid-19.

Introdução

No Brasil, os índices de natalidade/mortalidade apontam para um envelhecimento da população e conseqüente aumento do número de idosos, resultando na imediata necessidade de criação de políticas públicas específicas para este grupo cuja preocupação respalda-se também com o elevado número de inativos, demandando investimentos para manutenção desta parcela de cidadãos, seja como as despesas com leitões, medicamentos para o tratamento de saúde e das comorbidades, lazer e moradia, específicas desta faixa etária.

A preocupação com o envelhecimento populacional implica diretamente com a discussão sobre a saúde pública no país. Dados demográficos apontam que, até 2060, pode haver cerca de 58,2 milhões de idosos, número que representa 25,5% do corpo populacional no Brasil, segundo aferiu o Instituto Brasileiro de Estatísticas e Geografia (2018), revelando ainda que, em 2017, o número de idosos ultrapassou a marca de 30 milhões. Este envelhecimento demonstra o desafio para a criação de políticas públicas voltadas para a saúde.

A demanda na procura pelo Serviço Único de Saúde (SUS) em decorrência do crescimento do número de idosos e os seus respectivos problemas de saúde, segundo Lima-Costa (2003) e Veras (2018), tem implicado a escassez de recursos em razão do crescente número, aliado ao fato de que este grupo consome mais serviço do que qualquer outra parcela da sociedade, dado que "as doenças dos idosos são crônicas e múltiplas, perduram por vários anos e exigem acompanhamento constante, cuidados permanentes, medicação contínua e exames periódicos" (LIMA-COSTA, 2013, p. 700).

Vale destacar a ampliação do aumento de vida populacional, motivado pelo tímido, mas existente avanço de políticas e modos de governo interessados no bem-estar, ainda que, em algum momento, haja a prevalência de interesses econômicos com vistas a instrumentalização do corpo como produtor do lucro. Diante disso, tem-se que este corpo velho, antes produtivo, não mais corresponde aos anseios do capital, muito em razão da crença de que não há o retorno financeiro como de corpo jovem.

Isso parece-nos ter ficado evidente durante a pandemia da Covid-19 que, desde 2020, tem fustigado o mundo. Idosos e indivíduos mais vulneráveis ao vírus tiveram que ser afastados das atividades de trabalho presenciais, com consequência imediata na qualidade de vida. A Câmara dos Deputados constatou, apenas para citar um dos problemas ocasionados pela pandemia, maior incidência de idosos desocupados: “do último trimestre de 2019 ao último trimestre de 2020, 800 mil idosos foram demitidos, estão desocupados, mas continuam procurando trabalho”⁴. Sabemos que há relevante preconceito institucional e estrutural que incide sobre o corpo idoso, que, no momento atual, tem o sofrimento ainda mais potencializado, sobretudo aqueles em maior vulnerabilidade social.

Para a má sorte de todos nós, a crise sanitária no primeiro ano da Covid-19 no país tornou-se ainda mais danosa, em razão da desastrosa condução (ou falta dela) pelo presidente Jair Bolsonaro, que, na primeira onda de contaminação, durante todo o ano de 2020, minimizou a gravidade de pandemia, negou a sua existência e atacou incisivamente os veículos de comunicação, prejudicando o esforço das demais autoridades em medidas para conter a disseminação do vírus, bem como fez parte da população crer que se tratava de uma “gripezinha”, conforme afirmou e em pronunciamento em rede nacional.

Nesse momento, o país registrava quadragésima sétima morte por Covid-19. Frise-se que, segundo noticiou a mídia, a primeira vítima da Covid-19 foi um homem de 62 anos de idade. A tragédia brasileira estava apenas iniciando. A cada dia, semana e mês, os números de contaminados se multiplicavam e nas páginas on-line dos portais de notícias, as manchetes destacavam as mortes. Igualmente, as falas do presidente assustavam ainda mais parte da população, com discursos descolados da realidade e

⁴ Informação divulgada pelo site da Câmara dos Deputados em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/742570-preconceito-contra-idosos-aumenta-na-pandemia/>.

marcados pelo negacionismo. Bolsonaro destituiu-se da responsabilidade de líder e promoveu reiteradamente um discurso da morte.

Em razão disso, propomo-nos a analisar de que modo o discurso do presidente Jair Bolsonaro acerca da pandemia do coronavírus constitui uma prática biopolítica contra a população idosa do país, elegendo como *corpus* uma série enunciativa composta por falas de mandatário que compreendem o ano de 2020. Para isso, nos ancoramos no conceito necropolítica de Achille Mbembe e das noções foucaultianas de enunciado, biopoder e biopolítica, como elementos que subsidiem as análises. Metodologicamente, este artigo se caracteriza por ser uma pesquisa qualitativa do tipo descritiva-interpretativa e tem cujo arcabouço teórico o método “arqueogenealógico” de Michel Foucault, cujas contribuições fundamentam as nossas discussões.

Em relação a estrutura deste manuscrito, além deste tópico introdutório, a primeira seção aborda as teorizações sobre a noção de enunciado, instituída como elemento fundante do discurso. Adiante, pautamos uma discussão sobre as noções de biopoder e biopolítica, de forma a introduzir o debate acerca da necropolítica, que irá circunscrever o tópico seguinte em consonância com as análises discursivas das falas do presidente Jair Bolsonaro. Para concluir, traçamos algumas considerações decorrentes das análises empreendidas.

Breves notas sobre o enunciado na arqueogenealogia

É sabido que a Análise do Discurso “com” Foucault contempla três fases do pensamento do filósofo francês, quais sejam: arqueologia do saber, genealogia do poder e ética e estética da existência, instituindo o que os comentadores chamam de “método arqueogenealógico”, haja vista o “caminho que vai da arqueologia, passando pelas relações de poder, até adentrar o campo da estética da existência” (NAVARRO, 2020, p. 31), como norte para os estudos filiados a este campo teórico, tendo sempre em mente a questão do discurso enquanto prática. Ou seja, embora determinada pesquisa tenha como foco a última fase do pensamento foucaultiano, há a necessidade, por força teórica metodológica, de retorno à arqueologia, “o ponto de articulação das proposições de M. Foucault com os estudos do discurso” (SARGENTINI, 2019, p. 35).

Tendo isso em mente, articulamos uma breve discussão sobre a noção de enunciado, o átomo do discurso, e elemento basilar para a análise discursiva. Temos, portanto que,

o enunciado é definido não como uma frase, proposição ou o ato de fala, uma vez que, pensando a frase, o enunciado não se limite a estruturas gramaticais e simples sintagma nominal como “Este homem!”.

Por outro lado, o enunciado também não se caracteriza por ser uma proposição pois não basta saber que uma sentença é verdadeira ou falsa, afinal o enunciado não se reduz a uma lógica. Ainda, quanto aos atos de fala, o enunciado não se limita aos atos do sujeito ou responde ao seus dizeres, nem correspondendo-os nem consagrando-os, isso porque, em linhas gerais, o enunciado se trata de uma “função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 2010, p. 98).

Essa função enunciativa apresenta quatro propriedades, a saber: *referencial*, *posição sujeito*, *domínio associado* e *materialidade repetível*. Definindo essas propriedades, o *referencial* apresenta-se como um campo de emergência, a condição para que um enunciado emerja, ou seja, suas condições de aparecimento. A *posição sujeito*, por sua vez, é uma função vazia em que se ocupa nelas indivíduos indistintos na ocasião da formulação dos enunciados. Não se trata de uma posição pré-determinada, mas alocada diante dos dizeres enunciados por um ou outro sujeito. Seguindo com as definições, o *domínio associado* se caracteriza pela associação com outros enunciados, pois sempre há uma teia discursiva com o qual se relaciona, “fazendo parte de uma série ou de um conjunto (FOUCAULT, 2010, p. 112). Por último, o enunciado é uma materialidade repetível em razão dele ser constituído por um suporte, um lugar e uma data, repetindo-se ao longo da história e (re)aparecendo mediante regras específicas.

Nessa toada, a relação do discurso com o poder articula-se, pois há um desejo que os interpelam, consoante a explicação de Foucault (2014, p. 10) de que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo o que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Assim, nessa conjectura, irrompem procedimentos, técnicas, métodos, que produzem acontecimentos ou fatos sociais, a exemplo de atos governamentais, cujas estratégias incidem no corpo populacional.

É pelo/no discurso que há o controle, pois se é a escrita uma disciplina (FOUCAULT, 2006a), a produção que advém dela recaem na disciplinarização do corpo, ditando normas, regras, aquilo que deve ou não ser feito, exatamente porque “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada,

organizada e redistribuída por certo número de procedimentos” (FOUCAULT, 2014, p. 08). Sabendo disso, iniciamos nossa próxima discussão com a noção de biopolítica, uma das mutações do poder, com o qual nos filiamos teoricamente para proceder com a análise discursiva do *corpus* elegido.

Notas sobre biopolítica

Um dos interesses do estudo Michel Foucault no decorrer de sua obra está centrado nas relações entre o saber e o poder, de tal maneira que não há exercício do poder sem que haja contato com o saber, basicamente porque “não é possível que o poder se exerça sem saber, não é possível que o saber não engendre poder” (FOUCAULT, 2006b, p. 172), pois ambos “estão profundamente ligados” (FOUCAULT, 2006b, p. 58). Nessa esteira, ancorado na ideia de preservar a vida da população, a biopolítica emerge como estratégia de governo.

Nessa natureza do poder, prevalece bem-estar social mediante estratégias que evitem a morte do indivíduo (DUARTE, 2008) através de campanhas governamentais tendo como foco a saúde do corpo populacional, a exemplo do combate às drogas, o incentivo do uso de camisinha com o objetivo de diminuir a morte por aids, adoção de publicidade que evitem acidentes de trânsito (SILVA, 2016), entre outras medidas capazes de prolongar a vida.

Vale ressaltar que nem sempre essa preocupação com a vida esteve latente na sociedade. Diz Foucault (1999; 2018) que durante muito tempo o direito de vida e morte esteve condicionada à vontade do soberano, que determinava quem morria ou quem permanecia vida: ou seja, *fazer morrer, deixar viver*. Este modelo, característico da sociedade soberana, na qual “culminava no privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 2018, p. 146), definia castas e modulava o comportamento da população. Com o aparecimento da sociedade disciplinar, a vida se sobrepõe ao poder de morte e passar a interessar a partir de então, às instituições, *fazer viver e deixar morrer*, redefinindo os termos e condutas sociais. Conforme explicita Foucault (2018),

A partir do momento em que o poder assumiu a função de gerir a vida, já não é o surgimento de sentimentos humanitários, mas a razão de ser do poder e a lógica de seu exercício que tornaram cada vez mais difícil a aplicação da pena de morte [...] Pode-se dizer que o velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído por um poder

de causar a vida ou devolver à morte (FOUCAULT, 2018, p. 148-149).

Tem-se a partir disso que, na sociedade disciplinar, o biológico passa a ser instruído como elemento político cuja técnica de poder é centrada no corpopécie, a qual “se dirige a multiplicidade dos homens não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença etc”. (FOUCAULT, 1999, p. 289). E daí nasce os processos de regulação e instrução denominado de biopoder.

Como explica Silva (2014, p. 86), “o biopoder efetua-se a partir da atuação das biopolíticas”, a exemplo das campanhas governamentais citadas acima. Enquanto o biopoder incide nas vidas de forma individual, a biopolítica abrange o corpo populacional, ambas se complementando, pois cuida-se da vida individualmente para focar todo o conjunto da sociedade, mediante estratégias de governo. É daí que parte a noção da governamentalidade, ou seja, a arte de conduzir a vida. No entendimento de Esposito (2010, p. 32), enquanto a biopolítica está voltada para uma “política em nome da vida”, o biopoder é tratado como uma vida a qual está “submetida ao comando da política”.

A população é o elemento-chave para a atuação das estratégias biopolíticas, através de intervenções governamentais que ecoam no campo da política e da economia. Proteger a vida resulta em ganhos econômicos, haja vista está escamoteado aí a noção de vida enquanto modelo de produção capital. Os efeitos práticos da biopolítica, frisa Foucault (1999), apenas se dão no conjunto, em grande massa, na totalidade dos corpos. Isso ocorre, pois, uma das funções do exercício biopolítico são as “previsões, de estimativas estatísticas, de medições globais” (FOUCAULT, 1999, p. 293), mecanismos que propiciam a resolução de problemas. A divulgação de dados de contaminados pela Covid-19 diariamente ilustra bem isso. Somente com os números em mãos tem sido possível aplicar medidas de proteção, como a restrição de funcionamento do comércio e igrejas ou a adoção do uso de máscaras, visando a extensão da vida ou o sobrecarregamento dos hospitais.

Dito isso, vale frisar que, com o advento da biopolítica, não se pretende que o indivíduo seja tratado de forma exclusiva, única, centrando nele medidas estatais. O interesse da biopolítica, na verdade, é promover ações em níveis globais, “de levar em conta a vida, os processos biológicos do homem-espécie e de assegurar sobre eles não

uma disciplina, mas uma regulamentação”, explica Foucault (1999, p. 294). Por isso que a natureza dos processos da biopolítica frisa a vida como potência, excluindo a dimensão do poder soberano em que a morte era o eixo central.

Fato é que as estratégias biopolíticas atuam em favor do biopoder, conforme salienta Silva (2016, p. 87), que suscita um paradoxo na sua atuação, qual seja: “para que alguns vivam bem é preciso que outros morram”, isto é, embora cuide-se de uma parcela da população outra irá perecer, resultando em sua extinção.

Este paradoxo nos remete aos acontecimentos discursivos e históricos da pandemia da Covid-19, refletindo precisamente sobre o morticínio dos idosos. Embora haja certo empenho em protegê-los (pelo menos por uma certa parcela de lideranças políticas), medidas como o afastamento do trabalho presencial para o home-office, adiamentos sem fim da comprovação de vida pelo INSS de maneira a evitar o contato físico em bancos pelo país e o cuidado redobrado com os idosos institucionalizados, há, no entanto, um verdadeiro extermínio desse grupo populacional. Segundo levantamento do site Poder360⁵, morreram, até janeiro de 2021, cerca de 144.750 pessoas acima de 60 anos da idade, o que representa um aumento de 69,2% para 74,2% entre maio e janeiro.

Embora a tese *fazer viver* seja central na sociedade empresarial, é imprescindível não considerar as nuances disso, muito em razão dos preceitos capitalistas, que determinam qual corpo-espécie tem maior peso social e qual não tem, com vistas à produção e o retorno financeiro. Um corpo velho, por exemplo, tem chance menor de recuperação, enquanto o corpo jovem, por sua vez, tende a sobreviver a infecção e prolongar a vida.

Prova disso ocorreu na Itália ao instituir uma “medicina da catástrofe”, optando por quem deveria ou não morrer. Reportagem da BBC destacou a “escolha de Sofia” promovida por uma entidade de medicina daquele país, aconselhando “estabelecer um limite de idade para os pacientes atendidos nas UTI’s, reservando poucos recursos para aqueles que têm não apenas maior chance de sobreviver, mas também viverão por mais tempo após serem salvos” (BBC NEWS, 2020, s/p). Caso semelhante ocorreu em Manaus, capital do Amazonas, quando profissionais, diante do colapso da falta de oxigênio, tiveram que decidir quem receberia o recurso. Buturi Junior (2020) acredita numa “asfixia como técnica de governo”, ao analisar a ausência do ar para os cidadãos

⁵ Proporção de idosos entre mortos por Covid-19 cresce no Brasil. Levantamento feito pelo site Poder360 disponível em: www.poder360.com.br/coronavirus/proporcao-de-idosos-entre-mortos-por-Covid-19-cresce-no-brasil. Acesso em: 03 mar. 2021.

acometidos pela Covid-19, cujas “práticas e discursos a que assistimos dizem respeito a um tensionamento em direção do deixar e do fazer morrer, seja pela invisibilização, seja pela medicalização desde o princípio ineficaz”. (BUTURI JUNIOR, 2020, p. 113).

Necropolítica e o discurso sedutor de Bolsonaro

O conceito de necropolítica, apresentado por Achille Mbembe em “Necropolítica: Biopoder, Soberania, Estado de Exceção, política da morte” pressupõe que a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. “Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.” (MBEMBE, 2016, p. 123)

Considerando a política como uma forma de guerra e esta como um meio de alcançar a soberania, Mbembe (2016, p. 124) indaga “que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou massacrado)? Como eles estão inscritos na ordem do poder?” (MBEMBE, 2016, p. 124). No país em que desde 2018 se instalou um governo de ultradireita com condutas antidemocráticas e de política econômica neoliberal, com anseios ditatoriais, quem seriam esses corpos feridos em uma situação de guerra? A chegada inesperada da pandemia da Covid-19, em termos sociais, ensejou um verdadeiro estado de exceção, com a decretação de limitação a liberdade de ir e vir, possibilidade de decretação de prisão em caso de descumprimento, além de policiamentos muitas vezes excessivos, apesar da compreensível justificativa: o cumprimento do isolamento social, uma das alternativas mais eficazes para conter a propagação do vírus.

O descumprimento das medidas, no entanto, no primeiro ano da pandemia, tem sido motivado pelas falas do presidente Jair Bolsonaro, para quem a economia também importa tanto como a continuidade da vida, numa verdadeira banalização da morte, massificando a necropolítica, trazendo-as da “periferia para o centro, da cozinha para a sala, da margem para o holofote” (BENSUSAN, 2020, p/s), contribuindo inteiramente para o extermínio de uma população, sobretudo os mais idosos. Em abril de 2020, Bolsonaro declarou: *Em primeiro lugar é cada família cuidar dos mais idosos. Não pode deixar na conta do Estado. Cada família tem que botar teu vovô e tua vovó num*

canto e evitar o contato com ele, né? Observa-se aí a renúncia de responsabilidade do presidente com o cuidado dos idosos, ao sugerir que isso é dever da família, e não do Estado, repelindo qualquer prejuízo de saúde que porventura eles venham a ter. Em outros termos, Bolsonaro afasta de si as incumbências que lhe são legítimas e esperadas pela população, delegando às famílias o *status* de patrono, a quem compete defender e proteger os seus. A ideia do mandatário, na verdade, é que os jovens e adultos continuem trabalhando, de modo que a economia não pare e não haja o aumento de desemprego (ou prejuízo aos empresários), mesmo diante das necessidades de isolamento social e eventuais fechamento de comércios e empresas.

Num exercício de domínio de memória, a superintendente da Superintendência de Seguros Privados (Susep), numa reunião com integrantes do Ministério da Saúde, declarou que a morte de idosos seria benéfico para as contas da previdência. Segundo publicou o Estadão, a chefe disse: “É bom que as mortes se concentra [sic] entre os idosos. Isso vai melhorar nosso desempenho econômico, pois reduzirá nosso déficit previdenciário”⁶. Esse posicionamento, embora jamais tenha sido dito pelo presidente, ao nosso entender, vai seu ao encontro, haja vista a série de declarações em que ora nega o potencial da pandemia, ora vai contra as medidas sanitárias, sempre visando o benefício da economia, cuja ideologia neoliberal é o eixo central das suas atitudes.

Assim, temos que a posição sujeito que Bolsonaro ocupa, ao negligenciar as modalidades de conservação da vida, não condiz com espera por um chefe de governo, de tal modo que os seus críticos o têm chamado de genocida, em razão do inúmeros atos promovidos em desfavor do isolamento social e medidas praticadas pelos governadores. Em mais uma fala, Bolsonaro minimizou a ameaça da Covid-19 e pediu para que população enfrentasse o vírus. Vejamos:

Nós temos três ondas: a questão da vida, a recessão, e em cima da miséria, vem o socialismo. É isso o que vocês querem no Brasil? Temos é que enfrentar as coisas, acontece. Eu estou no grupo de risco. Eu nunca negligenciei, eu sabia que um dia pegar, como infelizmente, eu acho que quase todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta. (Bolsonaro, em julho de 2020).

⁶ Declaração da ocupante do cargo da Superintendência de Seguros Privados (Susep) foi publicada no Estadão, disponível no link: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-idosos-por-Covid-19-melhora-contas-da-previdencia-teria-dito-chefe-da-susep,70003317874>.

Embora Jair Bolsonaro demonstre preocupação com a vida, num primeiro momento, o seu discurso torna-se nulo quando pede para que seja enfrentamento à pandemia. Sendo um vírus extremamente letal, “a questão da vida” se sobpõe à questão da economia, haja vista que não é possível manter a economia, diante da imperatividade do trabalhador exercer suas atividades físicas, e ao mesmo tempo salvar a si mesmo, cuidar de si, afastando-se do iminente perigo de contaminação. Na verdade, conforme pontuado, o presidente fez uma sucessão de declarações em que o risco de alta de desemprego e da fome, em atos contínuos de alarmar a sociedade, é a sua maior defesa e política de governo, evidenciando aí um exercício necropolítico, de que a vida é inferior a economia. Provocando a população (vide o enunciado “tem medo de quê?”), o mandatário sugere que seja abandonado as ações protetivas e posto em prática o trabalho presencial, a fim de evitar a recessão e o socialismo – que, com efeito, este último se trata de um fantasma chamado pela ala da extrema direita em momentos de crise política. Por outro lado, quando diz estar no grupo de risco, Bolsonaro converte-se em um exemplo, visto que, ainda estando nessa condição, atua, põe-se em perigo, enfrenta o risco, pois sugere que, se for contaminado (como outrora foi), será curado, e sendo assim, está apto a dar continuidade a vida rotineira, num gesto que cria um modelo de si próprio para a população com o único propósito: o retorno econômico.

Como chefe do Executivo, as condições de emergência são sempre propícias para a produção de enunciados, ainda que destoantes do momento histórico vivido. No entanto, nesse caso, o *referencial* torna-se ainda mais relevante, pois Bolsonaro cria suas verdades, imprime seus achismos, põe em xeque a ciência e promove o negacionismo. Nos primeiros meses, o presidente declarou que precisamos “*enfrentar nossos problemas. Chega de frescura, de mimimi, vamos ficar chorando até quando? Respeitar obviamente os mais idosos, aqueles que tem doenças. Mas onde vai parar o Brasil se nós pararmos?*” Observa-se mais uma vez a ideia de enfrentamento, o que nos leva pontuar uma regularidade discursiva nos pronunciamentos, qual seja: *o enfrentamento da Covid-19 pela população*. Enfrentar, segundo o dicionário Priberam, significa *1. Atacar de frente. 2. Encarar. 3. Defrontar, arrostar*. Em outras palavras, Bolsonaro pede para que os cidadãos ataquem a pandemia, encarem, ainda que os efeitos possam ser devastadores, ou, em último caso, mortal.

O presidente busca convencer de que, embora o vírus de fato exista, o perigo estará sempre iminente, independente de se escolher permanecer em casa agora ou sair

depois. Consoante Osakabe (1999), muito mais do que persuadir, ato de se dirigir unicamente a um indivíduo particular, Jair Bolsonaro tenta, através do convencimento, fazer crer que o país terá consequências danosas na economia se não houver o retorno ao trabalho, “mesmo que isso não corresponda à realidade dos fatos” (1999, p. 101), ou ainda que isso resulte na disseminação do coronavírus pelo país e a morte da população mais vulneráveis, notadamente os idosos. Percebe-se, portanto que, as falas do presidente provocam atritos entre o que diz a ciência (ex.: promover o isolamento, usar máscara, manter o distanciamento etc) e o negacionismo que as revestem (claramente, sair às ruas, ir trabalhar, enfrentar o vírus).

Fernandes, Lopes Fernandes e Fernandes et. al. (2020), num estudo sobre isolamento social e as falas do presidente, constataram que, nas cidades onde houve maior número de votos nas eleições de 2018, tendo Bolsonaro como eleito ou com grande proporção de votantes, após seus pronunciamentos públicos, o isolamento social foi ignorado e a disseminação da Covid-19 ocorreu com maior expressividade do que nas cidades em que o atual mandatário não obteve vitória. De acordo com os autores, “os achados corroboram nosso argumento de que os discursos presidenciais contra o isolamento social prejudicaram as intervenções (...) feitas por autoridades brasileiras e, conseqüentemente, nas piores respostas à Covid-19” (FERNANDES, LOPES FERNANDES, FERNANDES et. al., 2020, p. 13).

Conforme apontou o Paraná Pesquisas (2020) em levantamento feito em julho de 2020, ao responder a questão “De uma maneira geral, o Sr(a) diria que aprova ou desaprova a administração do Presidente Jair Bolsonaro até o momento?”, 47,0% dos que aprovam são da faixa etária com mais de 60 anos ou mais, não muito distante dos 48,0% que compreendem eleitores com idade entre 45 a 59 anos. Esses dois grupos etários são os eleitores que maior destinam apoio ao presidente e, por conseguinte, aqueles que mais sofrem com os efeitos do novo coronavírus, se seguirmos as conclusões pontuadas pelos autores acima. Não interessa a esta parcela de eleitores/apoiadores quais são as consequências do vírus; interessa o discurso convincente do presidente, ainda que promova um necroestado, que *faça morrer* e *deixar viver*, nessa ordem, sendo a vida o segundo plano. Mesmo fantasiados pela sedução do discurso bolsonarista, esses apoiadores são instrumentos para o que realmente importa: o funcionamento do engenho. As máquinas não podem parar, é preciso que a economia continue girando, daí justifica-se o “*mimimi*” ou sermos um

país de maricas, como declarou o presidente, porque afinal o medo de enfrentar a pandemia impede de empresários e donos do capital sobrevivam com os seus negócios lucrativos. Reiteradas vezes o empenho de Bolsonaro em minimizar a pandemia esteve à mostra, instituindo um “Estado como gestor da morte e do desaparecimento” (SAFATLE, 2020, s/p), de vidas, inumeráveis vidas, que até 31 de dezembro de 2020 somavam 194.976 mil amores de alguém que se foi.

Considerações finais

As falas públicas do presidente Jair Bolsonaro não apenas impactaram a sociedade brasileira com o tom áspero, agressivo, insensível, mas promoveram também o descrédito nas medidas sanitárias impostas pelos governadores e prefeitos, diante da ausência do governo federal em tomar as rédeas do controle da pandemia. O mandatário provocou aglomerações, descreditou à ciência e instaurou uma política mortal – ou necropolítica, para nos aproximar de Mbembe. Os enunciados analisados atestam não só o negacionismo mas também um esforço de Bolsonaro em salvar a economia em detrimento à saúde.

Nessa esteira, a população mais idosa aparece como o grupo mais atingido pela Covid-19, sobretudo em razão das falas do presidente, que, como evidenciado, convenceu e contribuiu para o avanço das contaminações entre aqueles com mais de 60 anos de idade. De *mimimi* à *vamos ficar chorando até quando?*, sobressai o desrespeito, a falta de empatia e esvai-se a humanidade de Bolsonaro, que muito mais do que incentivar à morte, faz acontecer, em falas que se materializaram repetitivamente.

A biopolítica como estratégia de governo, se nasce com o propósito de instar o bem-estar, neste momento político e sanitário do país, figurou-se como estratégia de governo centrada na morte. Interessa o aquecimento do mercado, em meio a contaminação pelo vírus daqueles mais vulneráveis, como uma vida nua (AGAMBEN, 2004), a vida matável, a vida que pode ser descartada, cujos corpos não produtivos podem ser sacrificáveis, no maior selvagem ato de desumanidade. “E daí?” reverbera não só como um discurso repulso, para dizer o mínimo, mas como um ressoar de uma trombeta cujo anúncio é a morte.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG; Humanitas, 2004

BBC NEWS. **Coronavírus: médicos podem ter de fazer 'escolha de Sofia' por quem vai viver na Itália**, 2020. Disponível em: www.bbc.com/portuguese/internacional-51864814. Acesso em: 13 mar. 2021.

BENSUSAN, H. **"E daí? Todo mundo morre"**: a morte depois da pandemia e a banalidade da necropolítica, 2020. Disponível em: www.n-1edicoes.org/textos/6. Acesso em 08 fev. 2021.

BUTTURI JUNIOR, A. Biopolítica, asfixia e pandemias no Brasil: sobre a aids e a Covid-19. **Linguagem**. v. 35, 2020.

DUARTE, A. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. IN: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs.). **Figuras de Foucault**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 45-56, 2008.

ENFRENTAR. In: **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. Lisboa: Priberam Informática, 2011.

ESPOSITO, R. **Bios: biopolítica e filosofia**. Lisboa: Edições 70, 2010.

FERNANDES, I.; LOPES FERNANDES, G. A.; FERNANDES, G. et. al. Ideology, isolation, and death. An analysis of the effects of bolsonarism in the Covid-19 pandemic. **SSRN**, jul. 2020. Disponível em SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3654538>. Acesso em: 27 mar. 2021.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo/SP: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, M. **O poder psiquiátrico: curso dado no Collège de France (1973-1974)**. São Paulo: Martins, 2006a.

FOUCAULT, M. 1973 - Da Arqueologia à Dinástica. In: MOTTA, M. B. da (Org). **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 48-60, 2006b.

FOUCAULT, M. 1975 - Entrevista sobre a Prisão: o Livro e o Seu Método. In: MOTTA, M. B. da (Org). **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 159-174, 2006b.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014b.

FOUCAUL, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 7 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

IBGE. Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 18 set. 2020.

LIMA-COSTA, M. F.; VERAS, R. Saúde pública e envelhecimento. **Cad. Saúde Pública**, v.19, n.3, 2003.

Mbembe, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, n. 32, 2016.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. **Moara**, Belém, v. 1, n. 57, p. 8-33, 2020.

OSAKABE, H. **Argumentação e discurso político**. 2a. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PARANÁ PESQUISAS. **Pesquisa de Opinião Pública Nacional**, 2020. Disponível em: <https://www.paranapesquisas.com.br/pesquisas/pesquisa-nacional-situacao-eleitoral-para-o-executivo-federal-a-presidente-em-2022-e-avaliacao-da-administracao-federal-julho-2020/76118>.

SAFATLE, V. Bem-vindo ao Estado suicidário. São Paulo. <https://n-1edicoes.org/004>.

SARGENTINI, V. M. O. Há em Foucault um gesto inaugural nos estudos do discurso? **Revista Heterotópica**, v. 1, n. 1, p. 34-47, 2019.

SILVA, F. V. BARBOSA, M. S. F. Humaniza redes: uma questão biopolítica. **Acta Scientiarum: Human and Social Sciences**. v. 38, n. 1., 2016.